

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

2010

**CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,  
Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de

dezembro de 2010.  
Vale ressaltar que as demonstrações financeiras apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB (conhecido como o IFRS) e substanciada na Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, que determina a aplicação desta nova prática contábil a partir do exercício findo em 2010.

A NC Energia S.A. reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, ao Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Marco Giovanne Tobias da Silva  
Presidente do Conselho de Administração

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e de 01 de Janeiro de 2009

Notas	31/12/10	31/12/09 (reapre- sentação)	01/01/09 (reapre- sentação)	Notas	31/12/10	31/12/09 (reapre- sentação)	01/01/09 (reapre- sentação)
<b>ATIVO</b>							
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.119	19.381	27.014			
Contas a receber de clientes e outros	5	86.992	35.436	33.151			
Impostos e Contribuições a pagar	6	3.030	720	1.349			
Coligadas, controladas e controladoras		-	-	1.752			
Dividendos a receber		3.201	2.662	1.142			
Despesas pagas antecipadamente		13	64	156			
Outros ativos circulantes		550	617	296			
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>116.905</b>	<b>58.880</b>	<b>64.860</b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Contas a receber de clientes e outros	5	11.730	11.730	10.179			
Coligada, controlada e controladora	7	360	170	173			
Investimentos	7	2.987	1.158	949			
Imobilizado	8	1.166	1.254	1.308			
Intangível	9	578	400	348			
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>16.821</b>	<b>14.712</b>	<b>12.957</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>133.726</b>	<b>73.592</b>	<b>77.817</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e de 01 de Janeiro de 2009

	Capital Social	Reserva de Lucros Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 1º de Janeiro de 2009, antes dos ajustes</b>	13.600	2.720	-	-	16.320
Ajustes de adoção inicial - mudança de prática contábil	-	-	(173)	20.623	20.450
<b>Saldos em 1º de Janeiro de 2009 (reapresentado)</b>	13.600	2.720	(173)	20.623	36.770
Lucro líquido do exercício	-	-	20.963	-	20.963
Destinações:					
Dividendos obrigatórios	-	-	(4.182)	-	(4.182)
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.016)	-	(1.016)
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	(13.656)	(13.656)
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	-	-	15.688	15.688
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)</b>	13.600	2.720	(96)	22.655	38.879
Lucro líquido do exercício	-	-	39.082	-	39.082
Destinações:					
Dividendos obrigatórios	-	-	(8.769)	-	(8.769)
Juros sobre capital próprio	-	-	(978)	-	(978)
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	(22.642)	(22.642)
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	-	-	29.239	29.239
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	13.600	2.720	29.252	29.252	45.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e de 01 de Janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

**1 Informações gerais**

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia e gás, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – COEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, co-geradores de energia e demais agentes do setor.  
A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001.  
A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 25 de agosto de 2011.

**2 Resumo das principais práticas contábeis**

**2.1. Base de apresentação**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.  
Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Companhia passou a adotar a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009).  
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à energia elétrica comprada na COEE, e a realização de impostos e contribuições sociais diferidos.  
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPCs que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010.  
As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

**2.2. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.  
**2.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**  
Um passivo fiscal diferido será reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido advinha de:  
• Reconhecimento inicial de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill); ou  
• Reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios; e o momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).  
Um ativo fiscal diferido será reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que:  
• Não é uma combinação de negócios; e  
• No momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).  
São calculados com base nas alíquotas do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis.  
Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, na data de cálculo desses tributos.

**2.4. Imposto sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:  
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e  
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.  
O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos ativos financeiros disponíveis para a pagar no balanço patrimonial.

**2.5. Instrumentos financeiros**

**a) Ativos financeiros**  
Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda.  
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.  
Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros.  
**a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros**  
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:  
• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado  
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.  
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.  
• Empréstimos e recebíveis  
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.  
• Investimentos mantidos até o vencimento  
Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.  
• Ativos financeiros disponíveis para venda  
Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.  
Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes e o custo do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

**a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:  
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;  
• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

**b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do reconhecimento inicial.  
Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

**b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:  
• Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado  
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.  
• Mantidos para negociação  
Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

**b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

**2.6. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

**2.7. Contas a receber de clientes e outros**

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantils. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

**2.8. Investimentos**

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

**2.9. Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

**2.10. Intangível**

São registrados os direitos que bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

**2.11. Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICP 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Nesse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, CPC 25 e ICP 08, as quais determinam que os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os dividendos líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

**2.12. Demais direitos e obrigações**

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

**2.13. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - COEE**  
Os registros das operações de compra e venda de energia na COEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

**3 Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis**

A promulgação das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 instaurou o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade com a emissão pelo CPC e a aprovação dos órgãos reguladores contábeis brasileiros, de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis em duas etapas: a primeira etapa, desenvolvida e aplicada em 2008 com a adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 00 a 14 (revogado a partir de 2010) e a segunda com a emissão em 2009 dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43 (à exceção do 34), com adoção obrigatória para 2010, com efeito retroativo para 2009 para fins comparativos.  
As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão as primeiras apresentadas de acordo com esses novos pronunciamentos contábeis. A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a transição iniciada em 1º de janeiro de 2009.

**a) Isenções adotadas**

**a.1) Reconciliação do Balanço de acordo com os novos pronunciamentos contábeis**  
Para fins de melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia efetuou algumas reclassificações nos saldos publicados referentes aos balanços de 31/12/2008 e 31/12/2009 e resultado de 2009, sem, contudo afetar a qualidade das informações apresentadas.

	Publicado 01/01/09	Reclas- sificação	Ajustes IFRS Débito Crédito	Reapre- sentado 01/01/09
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidades	27.014	(27.014)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	33.151	27.014	-	27.014
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	(33.151)	-	-
Contas a receber de clientes e outros	-	33.151	-	33.151
Tributos e contribuições a compensar	1.349	(1.349)	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	-	1.349	-	1.349
Coligadas, controladas e controladoras	1.752	-	-	1.752
Dividendos a receber	1.142	-	-	1.142
Despesas pagas antecipadamente	156	-	-	156
Outros ativos circulantes	296	-	-	296
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>64.860</b>	-	-	<b>64.860</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	10.179	(10.179)	-	-
Contas a receber de clientes e outros	-	10.179	-	10.179
Coligada, controlada e controladora	173	-	-	173
Investimentos	949	-	-	949
Imobilizado	1.308	-	-	1.308
Intangível	348	-	-	348
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>13.130</b>	-	-	<b>12.957</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>77.990</b>	-	-	<b>77.817</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Obrigações estimadas	25.791	-	-	25.791
Salários e encargos a pagar	620	(620)	-	-
Tributos e contribuições sociais	5.400	(5.400)	-	-
Impostos e contribuições a recolher	-	4.081	-	4.081
Dividendos e Juros sobre capital próprio	27.853	-	(22.655)	5.198
Outros passivos circulantes	73	-	-	73
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>53.982</b>	-	-	<b>31.327</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	2.752	-	-	2.752
Coligadas, controladas e controladoras	634	-	-	634
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.386</b>	-	-	<b>3.386</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	13.600	-	-	13.600
Reservas de lucro	2.720	-	-	2.720
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	-	22.655	22.655
Lucro/prejuízo acumulado	-	-	(96)	(96)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>16.320</b>	-	-	<b>22.655</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>73.688</b>	-	-	<b>73.592</b>
<b>DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS AJUSTES DECORRENTES DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS QUE AFETARAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:</b>				
(1) Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08) - Esta interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis como definido no pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos.				
Os dividendos declarados e não pagos, excedentes ao mínimo obrigatório, referentes aos exercícios de 2008 e 2009 foram reconhecidos como ajuste na mutação do patrimônio líquido e foram revertidos na conta de dividendos a pagar, no balanço patrimonial, onde estavam originalmente apresentados de acordo com as regras anteriores.				

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

Notas	31/12/10	31/12/09
<b>RECEITA BRUTA</b>	14	621.822
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	15	(111.321)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>510.501</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	16	<b>(448.352)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>62.149</b>
Despesas gerais e administrativas	16	(9.165)
Outras receitas e despesas operacionais		7
Resultado de equivalência patrimonial		2.206
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>55.197</b>
Receita financeira		6.674
Despesa		

Continuação...

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e de 01 de Janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

**5 Contas a receber de clientes e outros**

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Títulos a receber	83.624	35.436	33.151
Comercialização de energia na CCEE	14.946	11.730	10.179
Serviços prestados a terceiros	152	-	-
<b>Total</b>	<b>98.722</b>	<b>47.166</b>	<b>43.330</b>
Circulante	86.992	35.436	33.151
Não Circulante	11.730	11.730	10.179

Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma. As operações de venda de "energia de curto prazo" no âmbito da CCEE, (Mercado Atacadista de Energia - MAE, à época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após conclusão dos trabalhos da auditoria da liquidação do MAE e as realizadas após essa data, geraram um direito de crédito para a Companhia. Este saldo vem sendo questionado judicialmente por algumas empresas do setor, em decorrência da interpretação das regras do mercado em vigor. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo questionado por entender que o valor será integralmente recebido, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE. Esse saldo corresponde ao valor de R\$ 10.179, e encontra-se registrado no ativo não circulante.

**6 Impostos e contribuições sociais**

**6.1 Impostos e contribuições a recuperar**

Ref.	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Imposto de Renda - IR (a)	786	58	628
Contribuição Social - CSLL (a)	161	156	185
Programa de Integração Social - PIS	496	92	106
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.540	370	430
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	43	43	-
Outros	4	1	-
<b>Total</b>	<b>3.030</b>	<b>720</b>	<b>1.349</b>

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

**6.2 Impostos e contribuições a recolher**

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.891	52	2.173
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	793	2.040	3.144
Outros	86	1.989	83
<b>Total</b>	<b>2.770</b>	<b>4.081</b>	<b>5.400</b>

**7 Investimentos**

A NC Energia possui investimento de 99% na Neoenergia Serviços Ltda., cuja atividade operacional atende a Arrecadação das distribuidoras CELPE e COSERN, controladas do grupo Neoenergia, cujo propósito visa à melhoria da sua rede de arrecadação. A partir de 2009, passou a prestar serviços de O & M, para as empresas de Geração do grupo Neoenergia.

**a) Movimentação dos investimentos**

	Saldos em 31 de Dezembro de 2009		31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Saldo	Acquisição	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo	Acquisição	Equivalência Patrimonial	Dividendos
Neoenergia Serviços Ltda.	814	-	2.206	(539)	2.506	-	2.206	(539)
Outros investimentos avaliados pelo custo	34	162	-	-	196	162	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.158</b>	<b>162</b>	<b>2.206</b>	<b>(539)</b>	<b>2.881</b>	<b>162</b>	<b>2.206</b>	<b>(539)</b>

**b) Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2010**

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Participação no capital	-	-	99%
Patrimônio líquido	-	-	2.506
Lucro do exercício	-	-	2.226
Total dos ativos	-	-	9.994
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	2.206
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>			
Participação no capital	-	-	99%
Patrimônio líquido	-	-	822
Lucro do exercício	-	-	1.672
Total dos ativos	-	-	5.443
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.655

**8 Imobilizado**

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Depreciação (%)	Depreciação Amortizada Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Edificações, Obras Civis e Benefeitorias	4,00%	1.021	(194)	827	868	912
Máquinas e Equipamentos	4,68%	646	(479)	167	210	260
Veículos	20,08%	142	(87)	55	78	10
Móveis e Utensílios	9,42%	228	(154)	74	98	126
<b>Subtotal</b>	<b>2.037</b>	<b>(914)</b>	<b>1.123</b>	<b>1.254</b>	<b>1.308</b>	<b>1.308</b>
Em curso						
Máquinas e Equipamentos	43	-	43	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>43</b>	<b>(914)</b>	<b>43</b>	<b>1.254</b>	<b>1.308</b>	<b>1.308</b>
<b>Total</b>	<b>2.080</b>	<b>(914)</b>	<b>1.166</b>	<b>1.254</b>	<b>1.308</b>	<b>1.308</b>

**Análise do valor de recuperação dos ativos**

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

**9 Intangível**

O valor dos ativos intangíveis está composto da seguinte forma:

	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Custo	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço						
Direito de uso da concessão	806	(530)	-	276	400	348
<b>Em Curso</b>						
Direito de uso da concessão	302	-	-	302	-	-
<b>Total</b>	<b>1.108</b>	<b>(530)</b>	<b>-</b>	<b>578</b>	<b>400</b>	<b>348</b>

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da NC ENERGIA S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2010, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante

os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2011

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

**DIRETORIA**

- Paulo César Fernandes da Cunha  
Diretor-Presidente
- Erik da Costa Breyer  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- Lady Batista de Moraes  
Diretora de Gestão de Pessoas
- Paulo Roberto Dutra  
Diretor de Planejamento e Controle
- Solange Maria Pinto Ribeiro  
Diretora de Regulação

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

- Marco Geovanne Tobias da Silva  
Presidente
- Gonzalo Pérez Fernandes  
Vice-Presidente
- Titulares: Marcelo Maia de Azevêdo Corrêa
- Suplentes: André Luis Dantas Furtado, Lara Cristina Ribeiro Piau Marques
- Contadora: Claudia Almeida Santos Franqueira, CRC MG - 068369/O-0-T-RJ

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ass Acionistas, Conselheiros e Diretores da NC Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da NC Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinão**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NC Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2011  
**ERNST & YOUNG TERCO**  
Qualify In Everything We Do  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - ZSP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado  
Contador CRC - IRL 061.469/O-4

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens. A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

**10 Fornecedores**

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>Fornecedores</b>			
Energia Elétrica:			
Terceiros	64.138	21.159	28.276
Partes Relacionadas	-	2.005	-
<b>Subtotal</b>	<b>64.138</b>	<b>23.164</b>	<b>28.276</b>
Materiais e Serviços	9.996	785	272
<b>Total</b>	<b>74.134</b>	<b>23.949</b>	<b>28.548</b>
Circulante	71.382	21.197	25.791
Não Circulante	2.752	2.752	2.757

**11 Salários e encargos a pagar**

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Salários	362	-	-
Encargos sociais	361	121	-
Provisões férias e 13º salário	188	187	221
Provisão PLR	-	470	399
<b>Total</b>	<b>911</b>	<b>778</b>	<b>620</b>

**12 Dividendos e juros sobre capital próprio**

Deliberação	Provento	Valor Deliberado	Valor por Ação ON
<b>2010</b>			
RCA de 22 de março de 2010	JSCP	245	0,017941176
RCA de 30 de junho de 2010	JSCP	245	0,018000000
RCA de 30 de setembro de 2010	JSCP	244	0,017941176
RCA de 30 de dezembro de 2010	JSCP	978	0,017941176
<b>2009</b>			
RCA de 29 de junho de 2010	JSCP	508	0,037352941
RCA de 30 de setembro de 2009	JSCP	254	0,018676471
RCA de 18 de dezembro de 2009	JSCP	254	0,018676471
<b>Total</b>		<b>1.016</b>	

**Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado**

	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do exercício	39.082	20.963
Absonção de prejuízo acumulado	(96)	(173)
Base de cálculo do dividendo	38.987	20.790
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>9.747</b>	<b>5.198</b>

**Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:**

	31/12/10	31/12/09
Juros sobre capital próprio - 0,074705883 por ação ON (2009: R\$ 0,071823529 por ação ON)	978	1.016
Dividendos Propostos - 0,644852941 por ação ON (2009: R\$ 0,307500000 por ação ON)	8.769	4.182
<b>Total Bruto</b>	<b>9.747</b>	<b>5.198</b>

**Dividendos e juros sobre o capital próprio**

	31/12/10	31/12/09
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2009</b>		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:		
Declarados	-	1.016
Aprovados	-	13.656
Obrigatórios	-	4.182
Pagos no período	-	(20.023)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>		<b>5.198</b>

**Saldos em 31 de dezembro de 2010**

	31/12/10	31/12/09
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:		
Declarados	-	978
Aprovados	-	22.642
Obrigatórios	-	8.769
Pagos no período	-	(28.572)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>9.015</b>	<b>9.015</b>

**13 Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 13.600 e está representado por ações sem valor nominal como segue:

	Lote de Mil Ações	%
<b>Ações Ordinárias</b>		
Neo Energia S.A.	13.600	100,00
<b>Total</b>	<b>13.600</b>	<b>100,00</b>
	<b>RS Mil</b>	
<b>Ações Ordinárias</b>		
Neo Energia S.A.	13.600	100,00
<b>Total</b>	<b>13.600</b>	<b>100,00</b>

**14 Receita bruta**

	31/12/10	31/12/09
Fornecimento de Energia	616.553	341.102
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	4.156	3.000
Outras Receitas	1.113	1.090
<b>Total</b>	<b>621.822</b>	<b>345.192</b>

**15 Dedução da receita bruta**

	31/12/10	31/12/09
ICMS	(59.350)	(25.884)
PIS	(9.224)	(5.239)
COFINS	(42.484)	(24.132)
ISS	(263)	(54)
<b>Total</b>	<b>(111.321)</b>	<b>(55.309)</b>

**16 Custos e despesas operacionais**

	31/12/10		31/12/09	
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:				
	(a)	(5.264)	(5.264)	(5.341)
Custos/Despesas	-	(346)	(346)	(340)
Pessoal	-	(263)	(263)	(263)
Administradores	-	(346)	(346)	(340)
Entidade de previdência privada	-	-	-	(183)
Material	-	(31)	(31)	(28)</